



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 1º JEC DA COMARCA DE ARAPIRACA/AL

Processo n. 07061213120198020058

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANA CLEIA SILVA DE JESUS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO INOMINADO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à TURMA RECURSAL.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ARAPIRACA, 20 de maio de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/AL 3564A

NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO
5624 - OAB/AL

RAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Inconformada, a demandada vem apresentar as razões do recurso inominado, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo “a quo” deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

DA EXISTÊNCIA DE DEMAIS BENEFICIÁRIOS

NECESSIDADE DE SE RESGUARDAR O QUINHÃO DE CADA HERDEIRO

Conforme se verifica pela r. sentença, o Ilustre Magistrado entendeu por condenar a Recorrente a pagar a quantia total de R\$ 6.500,00 ao autor **MARCONDE GOMES**.

No entanto, o que se extrai dos autos é que a Sra. **JESSICA FERREIRA PRIMO**, conforme declaração acostada, convivia maritalmente com o de cujus, conforme também foi confirmado por duas testemunhas, o que obsta o pagamento integral aos autores da presente ação.

Verifica-se, que a esta **NÃO FIGURA NA LIDE COMO AUTORA**, mas deveria, pois se mostra inquestionável que estão presentes todos os elementos da união estável, e assim, é patente que a mesma é sua principal beneficiária.

Assim, na qualidade de convivente do *de cujus*, conforme faz prova o documento abaixo ela faz jus parte da indenização pleiteada na presente demanda:

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS HERDEIROS

Declaro(am), para os devidos fins e efeitos de direito, sob as penas da lei, que tenho(mos) conhecimento de que a vítima LUIS PALMEIRA GOMES, em razão de acidente de trânsito, ocorrido em 21/08/2016 faleceu em 21/08/2016 no estado civil de CASADO (solteiro, casado, separado judicialmente, divorciado ou viúvo), deixando como único(s) herdeiro(s) legal(is) e beneficiário(s):

	NOME COMPLETO	NA QUALIDADE DE(*)	RG	CPF
1.	MARCOS PALMEIRA GOMES	Filho	364455834	3450442988
2.	MARCONDES PALMEIRA GOMES	Filho	1149224494	3515741682
3.	LUANA LARISSA PALMEIRA DA SILVA	Filha	3813273-7	120.582.794-33
4.	NATALIANA PALMEIRA DA SILVA	Filha	3813275-3	120.582.844.01
5.	MARIA LUIZA DE JESUS GOMES			

(*) Especificar o grau de parentesco com a vítima

Declaro(mos), ainda, que a vítima () não deixou companheira(o) ou ☒ deixou companheira(o) de nome JESSICA FERREIRA PRIMO.

Ademais na própria certidão de óbito da vítima consta a informação de **CASADO** e tendo como declarante a sra. JESSICA. Vejamos:

CERTIDÃO DE ÓBITO			
NOME:			
LUIZ PALMEIRA GOMES			
MATRÍCULA:			
031039 01 55 2016 4 00016 271 0009097 71			
(REGISTRO: 09097 LIVRO: 016 FOLHA: 271)			
SEXO	COR	ESTADO CIVIL E IDADE	
masculino	Parda	casado e 55 anos de idade	
NATURALIDADE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO		ELEITOR
Arapiraca-AL	98001176120 - SSP AL		SIM
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA			
Filho de MANOEL GOMES e AURELINA JOSEFA GOMES. Residência: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 541 Canecão - Santa Inês/MA			
DATA E HORA DE FALECIMENTO		DIA	MÊS
Vinte e um de agosto de dois mil e dezesseis. Hora: 17:30		21	08
ANO			
2016			
LOCAL DE FALECIMENTO			
Via Publica - BR 222 KM 382 em(na) Santa Inês/MA			
CAUSA DA MORTE			
a) Choque Hipovolemico, b) Traumatismo Crâneo Encefálico, c) Acidente Automobilístico...			
SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO)			
E CEMITÉRIO, SE CONHECIDO)			
DECLARANTE			
Cemitério Municipal de JESSICA FERREIRA PRIMO			

Salienta-se quanto a imperiosa necessidade de se verificar que os postulantes ora recorrentes, não são os únicos beneficiários e, com isso, **não possuem direito a pleitear a verba indenizatória do Seguro Obrigatório DPVAT, em sua totalidade.**

Ressalta-se, quanto a conclusão do juízo de piso em relação ao fato dos autores **não conseguirem comprovar a inexistência da união estável do de cujus com a Sr. JESSICA FERREIRA PRIMO.** Vejamos trecho da decisão:

"... Destaco que mesmo o autor não conseguindo, com os documentos apresentados aos autos, comprovar a inexistência da união estável de seu finado pai com a srª Jéssica Pereira Primo. Pois, vejamos.

O único documento utilizado para embasar a afirmação de que a suposta companheira do pai não foi reconhecida como tal foi a juntada de uma petição inicial junto a justiça do trabalho do estado do Maranhão e a alegação de a sentença proferida naqueles autos não qualificou a, possível, relação daquela senhora com o de cujos como sendo de união estável, contudo o autor deixou de juntar aos autos a referida sentença..."

Quanto a legislação que rege a matéria, a Lei 11.482/07, deu nova redação ao artigo 4º da Lei 6.194 estabeleceu que a indenização, no caso de morte, será paga de acordo com o disposto no artigo 792 do Código Civil.

Considerando que o artigo 792 do Código Civil prevê que metade da indenização será paga ao cônjuge / companheiro (a), e o restante será dividido entre os herdeiros, imperioso se verificar que a genitora, se enquadra

na qualidade de principal beneficiária da vítima, contudo, como não é parte na presente demanda, deverá ser resguardada a sua parte, no valor de R\$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais).

Tal situação se impõe, para que no futuro a Ré/ recorrente, ou qualquer outra Sociedade Seguradora participante do “pool” do Convênio DPVAT, não seja compelida a efetuar o pagamento do mesmo valor já pago nesta demanda, pois não observada que ainda existe outra beneficiária.

Portanto, caso a pretensão não estivesse em relação a ela prescrita, a ela caberia o recebimento de metade da indenização, não são esta parte transmissível aos demais herdeiro pela prescrição em relação ex-companheira.

DESTA FORMA, ANTE A COMPROVADA EXISTÊNCIA DA EX-COMPANHEIRA DO FALECIDO, COMO É DELA O DIREITO SOBRE METADE DO VALOR INDENIZATÓRIO, INCABÍVEL A CONDENAÇÃO DA SEGURADORA AO PAGAMENTO INTEGRAL AOS RECORRIDOS, DEVE SER OBSERVADO QUE SOMENTE METADE DA INDENIZAÇÃO DEVE SER CONCEDIDA A ESTES QUE NO PRESENTE CASO JA FOI PAGO EM SEDE ADMINISTRATIVA. DESSA FORMA CHEGA SE A CONCLUSÃO QUE NÃO HÁ VALOR ALGUM A COMPLEMENTAR AOS RECORRIDOS.

Assim, requer a reforma da sentença para que seja julgada improcedente a presente demanda por quitação administrativa RESGUARDANDO A COTA PARTE DA BENEFICIARIA SRA JESSICA.

Caso esta Ilustre Turma Recursal não entenda que a Sra. JESSICA seja beneficiaria do *de cujus* ainda assim a condenação precisaria de ajuste uma vez que a recorrente foi condenada a pagar o valor de R\$ 6.500,00 somente ao MARCONDES PALMEIRA GOMES, no entanto deve se ressaltar que a vítima possuía mais de um beneficiário e que deve ser resguardada a cota parte dos demais beneficiários tendo em vista que o juízo de piso extinguiu o processo sem resolução do mérito para os demais beneficiários/ autores.

Assim sendo a condenação deve ser reduzida para o montante de R\$ 1.350,00 (UM MIL TREZENTOS E CINQUENTA REAIS) resguardando a cota parte dos demais beneficiários, quais sejam:

- MARCOS PALMEIRA GOMES
- LUANA LARISSA PALMEIRA DA SILVA
- NATALIANA PEREIRA DA SILVA
- MARIA LUIZA DE JESUS GOMES

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ARAPIRACA, 20 de maio de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/AL 3564A

NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO
5624 - OAB/AL

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **NADJA ALVES WANDERLEY DE MELO**, inscrito na **5624 - OAB/AL** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ANA CLEIA SILVA DE JESUS**, em curso perante a **1ª JEC** da comarca de **ARAPIRACA**, nos autos do Processo nº 07061213120198020058.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/AL 3564A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

